RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber.
ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

EMPODERAMENTO DE ESTUDANTES NEGRAS

Empowerment of Black Students

Noelma Rodrigues dos Santos
Graduada em Filosofia-UFMT
Josiane Rodrigues dos Santos
Mestranda em Educação-UFMT

Submetido em: 19/01/2022
Aprovado em: 21/01/2022
Publicado em: 01/02/2022
DOI: 10.51473/rcmos.v2i1.280

RESUMO EXPANDIDO

Os desafios de mulheres negras no Brasil são inúmeros. Além de ter menos acesso à educação, aos serviços públicos, ao trabalho, ainda vivenciam uma realidade de violência e estigmatização. E com as meninas negras não é diferente, pois é através da infância que as crianças negras em especial as meninas, se deparam com as primeiras formas de preconceito e acabam sendo vítimas de mais duras formas de violência verbal e em alguns casos físicos. As experiências de meninas negras são marcadas por diversos fatores como racismo, sexismo e classicismo. Esses fatores de opressão estrutural fazem com que as infâncias de meninas negras sejam frequentemente moldadas por estereótipos racistas tendo grandes repercussões diversas para a vida das vítimas.

Uma menina que é empoderada desde cedo certamente se tornará uma mulher mais preparada para lidar com o machismo cotidiano, preconceitos e pressões sociais direcionadas ao seu corpo. Entretanto, antes de começar esse processo, é preciso que a família se empodere. Empoderar meninas é antes de tudo, fazer um resgate histórico-cultural, verdadeiro, de seus ancestrais, pois contribuirá positivamente no processo de construção do empoderamento da menina negra retinta. Freire (2021) ressalta que, é por meio de uma autoanálise crítica que o oprimido, se autoliberta, ou seja, liberta a si mesmo, o autor ainda deixa claro que "Se é mágica a compreensão, mágica será a ação". Despertando ao leitor sobre a importância de não esperar do outro a libertação, mas do próprio oprimido.

Berth (2019, p.210), vai nesta direção em seu livro "Empoderamento" ao destacar o significado de poder,

> Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos de diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história e, principalmente de um entendimento quanto sua posição social e política.

Para a autora, o "auto" reconhecer-se é o caminho que leva até o empoderamento e o marco social e político vêm sempre junto com empoderar-se, e está relacionado à libertação social e política de um indivíduo. Com esse olhar, mediado pelo ambiente escolar, à menina negra retinta, ao enxergar o outro dá início ao seu processo de autoconhecimento e a partir disso a construção de sua Identidade negra.

Uma sociedade permeada por uma lógica machista e racista, como é a brasileira, condiciona mulheres e meninas negras a uma situação de duplo processo discriminatório. De acordo com Crenshaw (2002),

> a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou com dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação de problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p.177)

O conceito de interseccionalidade da autora nos faz refletir a quantas mazelas sociais estão submetidas as meninas, as jovens e as mulheres negras brasileiras, a situação de submissão na maioria das vezes não permite um processo emancipatório, ainda que estas mulheres estejam modificadas o legado histórico de suas ancestrais. É preciso refletir sobre a quantidade de menina que também passaram e passam por esse tipo de violência.

A menina e a mulher empoderada é resistente e costuma ser inspiração para outras, não foi ato a que mulheres negras foram

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

silenciadas, o patriarcado nunca desejou que a mulher negra ocupasse seu lugar de fala. O pensamento eurocêntrico deixa mulheres negras retintas fora das novelas, comerciais, das livrarias, do teatro, da universidade e isso também é racismo. Ribeiro (2000, p.31) esclarece que racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele, isso é recorrente com a mulher negra, que sofre racismo tanto da sociedade em geral, sexismo e ainda machismo.

Quanto ao racismo, ainda de acordo com Ribeiro (2000), existem diversas formas de ser racista, mas ela destaca que para haver racismo é preciso estar relacionada a alguma forma de poder o que vai de encontro ao que Almeida (2021, p. 67) descreve ao mencionar que as Mulheres negras são consideradas pouco capazes porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-se baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência.

Esse posicionamento dialoga com Akotirene (2019) que traz o enfoque da interccionalidade sobre a mulher negra, esse termo apesar de poucos conhecerem, diz muito sobre a mulher negra, para a autora a mulher negra precisa ser vista sobre o prisma interccional, pois há nessa mulher algumas sobreposições de opressões: pois além da cor da pele; é mãe solteira; sexismo; mora na periferia das cidades; racismo.

Todo empoderamento deve estar pautado e consolidado na consciência racial de uma garota. O empoderamento, que não está consolidado, mas que tem sido um referencial muito positivo para tratar de resgatar a força das negras meninas em seu processo educativo e em suas vidas como um todo.

- **Representatividade como parte do ensino aprendizagem**

A educação tem importância fundamental para mudanças estruturais, lugar estratégico para a superação de mecanismos que não permitem a ruptura com um passado e um presente racistas. Os indivíduos posicionados na base da pirâmide social são os maiores alvos para as práticas discriminatórias, para a injustiça, para a falta de oportunidades profissionais e sujeitos a uma infinidade de situações que conduzem à subordinação social. Na América Latina dentre os muitos discriminados encontram-se, na maioria das vezes, pessoas negras e indígenas e entre estas as mulheres negras, que estão em maior desvantagem social. São esses indivíduos cujos direitos à cidadania, carregam o estigma da inferioridade, a que a eles lhes foram conferidos por um outro que se considera superior, entre brancos e negros um suposto poder branco.

Pensar a escola para além do domínio de ensinar e aprender, esse espaço se configura pela reprodução dos padrões hegemônicos de uma sociedade onde os valores: “o que pode e deve ser ensinado”, é autorizado por uma classe dominante. Assim, a construção da identidade negra a partir dos bancos escolares, não parte de uma neutralidade, uma vez que a literatura e os discursos disseminados ao longo da trajetória escolar foram reflexos de uma perspectiva eurocêntrica. Para Freire (2021, p. 41),

> A grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes que oprimem, exploram e violentam, em razão do seu poder, não podem ter este poder, a força da libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos suficientemente forte para libertar ambos.

Utilizando de uma metáfora, podemos entender que o opressor é a sociedade e o oprimido é a escola. Dessa forma, a escola só pode se libertar quando libertar também a sociedade. Esse poder exercido pela escola aparentemente neutro reforça as relações desiguais de gênero e racismo, reproduzindo a ordem patriarcal.

Segundo Santos (2015), o professor precisa estar atento às especificidades do estudante, e este precisa responder ao processo de seu desenvolvimento. A educação não está na mão de um ou de outro, mas mão de ambas em constante negociação. As condições socioeconômicas determinam desigualdades sociais, mas, não podemos negar que essas desigualdades têm uma base racial na América Latina. A intenção de caracterizar a problemática das relações raciais como um problema das classes trabalhadoras desvaloriza a discussão da questão racial no Brasil (HASENBALG e SILVA, 1988),

> Um bom projeto de sociedade democrática não pode ignorar os obstáculos à constituição de uma verdadeira cidadania para a população negra brasileira. O racismo ainda é uma forte barreira a ser superada para a concretização de uma sociedade igualitária.

Temos como pressuposto que a ignorância sobre as peculiaridades das relações raciais que constitui terreno fértil para as práticas racistas. Contudo, estudos que possibilitem a reflexão sobre esse tema são necessários para a mudança do *status quo* da população negra. Mostra-se necessário aprofundar as discussões sobre relações raciais no âmbito escolar formal e criar oportunidades para a análise crítica da realidade educacional. Dos pesquisadores dessa temática espera-se subsídios para desvendar meandros da teia escolar, de modo a possibilitar reformulações pedagógicas e a melhoria das relações raciais, que influenciam diretamente no processo de aprendizagem das alunas e dos alunos.

Para efetivar uma educação voltada para a diversidade étnico-racial, é necessário mais do que elogios às diferenças, é preciso aprofundar a reflexão sobre as particularidades dos grupos étnico-raciais, assim como também, implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a cultura dominante. Em

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

suma, é preciso que a sociedade brasileira, em todas as suas áreas de atuação e, particularmente, ressalta a importância da educação e a sua condição multirracial com respeito e dignidade a todas as pessoas.

Nenhum processo educativo ocorre se o ser do ensino-aprendizagem estiver desenraizado de seus valores, de suas crenças, de seus objetos, do seu próprio ser. Podemos verificar que muitas vezes, no ambiente escolar, que determinados alunos e alunas precisam negar ou camuflar o que são para se enquadrarem na ótica hegemônica do ambiente escolar. Estes processos esquizofrênicos impedem a vinculação afetiva e o pleno exercício dos talentos intelectuais. É preciso ser na sua integralidade, para ensinar, aprender e transformar.

A hegemonia teórica que privilegia apenas o conteúdo eurocêntrico nas escolas brasileiras retirou por muito tempo negros de um conhecimento sócio-histórico, dificultando uma consciência reflexiva e emancipatória da nossa população. E nesse sentido com a criação da Lei 10.639/03, possibilitou a necessidade de criar espaços e eleger outros atores sociais para um conhecimento educacional diferenciado.

Para Collins (1990), o domínio de poder hegemônico é uma forma de organização social que usa ideias, ideologia e cultura para absorver e despolitizar a oposição criada por grupos oprimidos. Isso quer dizer que a educação, os currículos escolares, os ensinamentos religiosos, as relações culturais e familiares todos são utilizados para manufaturar ideologias de manutenção da opressão.

Dessa maneira, a significância do domínio de poder hegemônico é sua capacidade de moldar a consciência coletiva por meio de ideias, imagens, símbolos e ideologias. Segundo a autora, retratar mulheres negras estadunidenses como determinados estereótipos é uma forma de criar uma narrativa que justifica a opressão dessas mulheres. Por fim, o domínio de poder interpessoal é constituído pelas práticas discriminatórias das experiências do dia a dia, mas que por serem tão rotineiras, frequentemente não são notadas ou identificadas. As estratégias de racismo cotidiano e de resistência cotidiana estão presentes nesse domínio de poder.

Cada um desses quatro domínios de poder pode influenciar o ambiente escolar de alguma maneira. A partir desses conceitos delineados por Collins, podemos entender que a educação formal e o ambiente escolar acabam, portanto, sendo espaços em que as dinâmicas vigentes na sociedade são reproduzidas. Um dessas dinâmicas é justamente a incidência de práticas de violência contra meninas negras.

Collins (1990) demonstra também que um dos instrumentos da colonização foi a construção de determinados estereótipos sobre mulheres negras. Isso culmina naquilo que a autora chama de imagens de controle, isto é, imagens estereotipadas e racistas de mulheres negras contribuem para a criação de percepções equivocadas sobre nossa sexualidade e humanidade. Essas imagens de controle que são perpetuadas pela mídia, pela educação, pela cultura, têm repercussões nas vidas e nas experiências de meninas e mulheres negras, inclusive no ambiente escolar. Há uma multitude de autoras e autores que analisam a ocorrência de racismo no ambiente escolar de forma geral e uma grande quantidade se dedica especificamente a entender como esse fenômeno afeta meninas. Muitos dos estudos produzidos remetem justamente às imagens de controle e como elas afetam o dia a dia escolar, influenciando o comportamento de professores, funcionários e estudantes.

Já Monique Morris (2016) é outra pesquisadora que se dedica ao tema e afirma que é preciso entender como os estereótipos sobre feminilidade negra influenciam as experiências das meninas negras na sala de aula. Ela realizou dezenas de entrevistas com meninas e jovens negras que relatam ter vivido experiências de racismo e machismo nas escolas em que frequentaram. Seu argumento central é que muitas meninas negras em idade escolar estão sendo afetadas (fisicamente e mentalmente) pelas crenças, políticas e ações racistas que degradam e marginalizam sua existência, gerando condições que as expulsam das escolas e as deixam ainda mais vulneráveis. Esse conjunto de estereótipos e crenças racistas que compõem o universo cultural da sociedade estadunidense geram repercussões tangíveis nas vidas de meninas negras, tanto dentro quanto fora da escola.

Um cenário parecido acontece no Brasil. Segundo Ellen de Lima Souza (2016), a escola normalmente é um ambiente inóspito para as crianças negras. A autora pesquisou como crianças negras são vistas por profissionais de educação e constatou que desde bebês, as crianças negras são mais punidas do que as crianças brancas, recebem apelidos depreciativos e, nas situações de conflito, são as preteridas ou as culpadas.

As representações históricas das mulheres negras, somadas às representações contemporâneas podem influenciar as vivências de meninas negras no ambiente escolar. As práticas e crenças racistas da nossa sociedade, embora não se iniciem na escola, podem contar com o reforço do ambiente escolar para serem difundidas. A noção de que crianças negras são mais indisciplinadas, incorrigíveis e malcriadas possibilita uma distorção na forma como as pessoas respondem às ações dessas crianças. Além de serem influenciados por estereótipos, muitos educadores também são despreparados e desinformados sobre os temas de gênero e relações raciais - o que os impede de exercer plenamente o papel que lhes é esperado, isto é, o papel de contribuir positivamente para que a trajetória de estudantes negras seja bem-sucedida.

Pensar a diversidade racial e de gênero na área educacional é possibilitar inclusões, respeitos, conteúdos e solidariedades às crianças e jovens que carregam o estigma da diferença, seja pela sua cor de pele, seja pela sua religiosidade, seja pela sua orientação sexual, seja pelo seu grupo étnico ou apenas por serem diferentes daquilo que é considerado o ideal ou padrão.

Collins (2019), destaca que temos como matriz de dominação, uma sociedade classista, racista, sexista, heteronormativa e corponormativa, colonialista, que organiza o domínio e a reprodução das estruturas de poder sob a ótica do capitalismo. Frente a isso, impõe-se a necessidade de processos sociais de empoderamento, individual, mas, sobretudo, de classe,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

por meio da construção de conhecimentos ancorados nas experiências sociais dos grupos oprimidos, de espaços de adensamento e tomada da consciência crítica, a fim de contribuir com a práxis libertadora e a construção de um outro projeto societário que tem como meta a libertação da humanidade e a justiça social.

Por fim, corrobora-se o entendimento de Freire (1996) que práticas preconceituosas de classe, raça, gênero negam radicalmente a democracia e ofendem substantivamente o ser humano. Na conjuntura atual, a leitura crítica de mundo, mas sobretudo, o empoderamento do 'ser mais', reafirma.

A escola tem transmitido os preconceitos historicamente construídos. Desde a colonização, a sociedade brasileira conta com mecanismos para manter uma estrutura social racista e a escola se tornou um desses mecanismos opressores. O racismo no ambiente escolar tem diversas implicações. Uma delas é que as crianças aprendem a associar características fenotípicas relacionadas à raça às desigualdades econômicas e sociais e passam a enxergar "ser negro" como ser inferior e "ser branco" como ser superior.

É preciso, portanto, enxergar a escola como um ambiente que perpetua práticas racistas. O impacto deste fenômeno é sentido principalmente pelas crianças negras e o silenciamento sobre o tema tem sido igualmente um mecanismo que serve para manter esse cenário de violência simbólica ora silenciada ora explícita.

Algumas Considerações

É necessário que as meninas negras, vejam as mulheres negras com suas características fenotípicas ocupando espaços que por muito tempo foi apagado e silenciado. Por isso a urgência de se estudar como as meninas negras retintas percebem o empoderamento no espaço escolar, pelos que estiveram nesse lugar, teve essa experiência. Pois qualquer pessoa pode falar de empoderamento feminino negro, mas só a menina/mulher negra sabe o quanto é importante para ela.

Com uma autoestima elevada e fortificada, as meninas serão mais confiantes de si mesmas e terão uma relação diferente com seus corpos e cor de pele. Será uma relação de amor e não de ódio, como geralmente acontece devido aos padrões e imposições. Sendo elas o centro de suas vidas, não dependerão da aprovação masculina, assim como terão uma consciência mais ampla sobre suas capacidades e gostos, não se deixando submeter ao desejo alheio. A relação com outras meninas também tende a ser outra, de solidariedade e empatia, e não de competição, o que contribui muito para o avanço de todas as mulheres no futuro.

Portanto, é necessário buscar caminhos de emancipação para as meninas e mulheres negras e auxiliar os educadores e educadoras a compreenderem melhor sua própria experiência educativa e a desenvolver identidades culturais mais positivas. Assim, práticas simbólicas-educativas, solidárias e afetivas que permitam a emancipação das mulheres são componentes essenciais para uma verdadeira revolução paradigmática. Para que ocorra uma nova ordem social, na qual as mulheres negras estejam em lugares de reivindicações possam alicerçar uma lógica de poder e fortalecer identidades fragmentadas e consolidar autoconceitos positivos.

Referências

AKOTIRENE, Carla**. Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA. Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Soeli Carneiro; Pólen, 2021.

BRASIL**. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Soeli Carneiro; Pólen, 2019.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**, 2002.

FRANÇA, Anelize Castedo. **Empoderamento de meninas: a dimensão do espaço escolar no processo de emancipação feminina para além dos muros da escola'** 27/11/2020 139 f. Mestrado em SOCIOLOGIA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Cuiabá, 2020.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia do Oprimido**. 77 ed.- Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 68 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996

HASENBALG, C. & SILVA, N. V. E**strutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ. 1992 Relações raciais no Brasil contemporâneo, Rio de Janeiro, Rio Fundo.

Souza, E. G. L. Crianças negras e culturas infantis: aportes para a descolonização das infâncias. **Olhares:** Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp, 4(2), 24–37. Disponível em https://doi.org/10.34024/olhares.2016.v4.556. Acessado em: jan/ 2022.

MEDREDO, MenegonSPINK. **Oficinas como estratégia de pesquisa:** articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/wrfMHbjhHNppX7Lppk8DMNJ/abstract/?lang=pt#ModalTutors. Acesso em: 05 nov. 2021.

MORRIS, Monique. **"Pushout:** The Criminalization of Black Girls in Schools". Cambridge: The New Press, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro**. 1ª ed.- São Paulo: Cia das Letras, 2018.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.